

REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA PARA UMA PESQUISA HISTÓRICA DO TEMPO PRESENTE

Memory reflections for a historical research of time present

Yomara Feitosa Caetano de Oliveira Fagionato¹

Resumo: A historiografia do século XX e XXI tem abordado de forma diversa a memória a partir do campo interdisciplinar, entre filósofos, linguistas, antropólogos, sociólogos e historiadores. O artigo busca desenhar um breve debate teórico sobre a categoria memória, a partir de leituras de Paul Ricouer, Jöhn Rüsen e Michael Pollak, estudiosos pertencentes a campos diversos, tanto na tradição de língua francesa, quanto na língua alemã. Estes percorrem caminhos distintos em seus contextos históricos, todavia, todos operaram direta ou indiretamente esta categoria. Para tanto, lanço uma problemática central, a saber: qual memória compreendem os filósofos Paul Ricouer, Michael Pollack e Jörn Rüsen? O artigo é construído a partir das discussões destes três autores com uso da comparação como forma narrativa. No primeiro momento, destaca-se o pensamento dos autores em separado. No segundo momento, as diferenças e as similitudes, objetivando lançar luz no uso de fontes orais na pesquisa histórica no tempo presente. Por isso a escolha desses autores, que contribuíram com importantes reflexões sobre a memória, como categoria útil para pesquisa no campo da História do Tempo Presente no Brasil.

Palavras-chave: Memória. Teoria. História do tempo presente.

Abstract: The historiography of the twentieth and twenty-first century has dealt with memory differently from the interdisciplinary field, among philosophers, linguists, anthropologists, sociologists, and historians. The article seeks to draw a brief theoretical debate on the category memory, from readings by Paul Ricouer, Jöhn Rüsen and Michael Pollak, scholars belonging to different fields, both in the French-speaking tradition and in the German language. These travel distinct paths in their historical contexts, however, all operated directly or indirectly in this category. To do so, I raise a central problem, namely: what memory do the philosophers Paul Ricouer, Michael Pollack and Jörn Rüsen understand? The article is constructed from the discussions of these three authors using the comparison as a narrative form. First, I present the authors' thoughts separately. In the second moment, I highlight differences and similarities, aiming to shed light on the use of oral sources in historical research in the present time. Thus, I justify the choice of these authors for contributing important reflections on memory as a useful category for research in the field of the History of Present Time in Brazil.

Keywords: Memory; Theory; History of Present Time.

¹ Doutoranda da UDESC em História do Tempo Presente. Bolsista CAPES. *E-mail:* yocaetano@hotmail.com.

Introdução

A proposta deste artigo é narrar uma breve trajetória teórica da categoria memória². Para tanto, usa-se específicas leituras de Paul Ricoeur,³ Jörn Rüsen⁴ e Michael Pollak,⁵ visando articular a categoria memória como problemática para a pesquisa histórica do Tempo Presente⁶. Apesar dos autores escolhidos serem estudiosos de campos teóricos e historiográficos diversos, destacaremos a aproximação das diferenças entre a historiografia alemã de Jörn Rüsen e a historiografia de língua francesa de Michael Pollak e Paul Ricoeur. A tradição alemã discute sobre a estrutura epistemológica da explicação histórica, e a historiografia de língua francesa põe em destaque uma metodologia de trabalho de campo. Todavia, apesar dos dois universos de discursos teóricos serem tão heterogêneos, é possível visualizar a contribuição de ambos sobre a reflexão da categoria memória.

Em certa medida, ampliam-se e complementam-se as possibilidades de compreensão da argumentação teórica entre as duas correntes diferentes sobre uma mesma noção. Assim, o presente artigo apresenta uma problemática: qual é a compreensão da memória na visão teórica dos filósofos Paul Ricoeur, Michael Pollack e Jörn Rüsen? Com esta problemática, buscase pistas de como trabalhar a questão da memória na pesquisa histórica do Tempo Presente. Questão explorada a partir do panorama sobre memória e, em suas diferenças e comparações de algumas leituras de Michael Pollack, Paul Ricoeur e Jörn Rüsen.

O recorte do artigo repousa sobre a compreensão teórica da categoria memória, nas suas diferenças e nas possibilidades de comparação. A escolha destes filósofos incide por contribuírem com importantes referências sobre a categoria memória em seus campos de atuação, marcando este campo teórico no século XXI. Inicialmente, a memória compreendida como uma categoria, explorada na trajetória historiográfica francesa, tem o sociólogo francês Maurice Halbwachs

²A memória (em grego, *Mnemosyne*) a partir de Platão, passa a ser um objeto de investigação, e deixa de ser do campo exclusivo dos poetas, tornando-se uma problemática. Uma transição, na qual o papel do historiador passa a ter a função de recuperar a memória dos mortos para os vivos saberem. A história ganha sua temporalidade, “a partir do século V a. C., e a temática da memória foi campo dos historiadores e dos filósofos gregos, e foi no século XX que passou a ser objeto de reflexão nas ciências humanas” (FELIX, 2004, p. 36-37).

³ Paul Ricoeur estudou Filosofia e Letras, marcou presença nos meios intelectuais da França como herdeiro da fenomenologia de Husserl e do existencialismo cristão. Husserl, filósofo alemão e matemático de formação, dedicou-se a descrever as operações do espírito. É citado por Ricoeur em sua obra como testemunho da tradição do olhar interior da memória.

⁴ É professor emérito da Universidade de Bielefeld (1989-1997), e foi presidente, entre 1997-2007, do Centro de Humanas da Alemanha, Instituto de Ciências da Cultura, na cidade de Essen. J. Rüsen milita, com suas reflexões sobre os fundamentos da consciência histórica, do pensamento histórico e da cultura história e da ciência histórica. Articula História, Filosofia, Antropologia e Historiografia de modo comparativo. É conhecido por sua Trilogia de Teoria da História, traduzida e publicada pela editora da Universidade de Brasília: I: Razão histórica (2001), II: Reconstrução do Passado (2007), e III: História Viva (2007).

⁵ Este faleceu em 1994, e foi pesquisador do Centre National de Recherches Scientifiques – CNRS –, ligado ao Institut d’Histoire Du Temps Present e ao Groupe de Sociologie Politique ET Morale, desenvolveu pesquisas sobre sobreviventes de campos de concentração e sobre Aids.

⁶ O interesse pela categoria memória consiste em compreendê-la teoricamente para a operacionalizá-la na pesquisa de tese denominada: Área de Estudos Sociais nos Ginásios Vocacionais do Estado de São Paulo (1961-1969), sendo uma das fontes, o uso de entrevistas dos professores das disciplinas de História e Geografia, que experimentaram o contexto perpassado pelo regime civil-militar nos anos de 1964 até 1969, possibilitam a (re)leitura e (re)construção das memórias sobre a experiência de integração dos saberes históricos e geográficos via área de Estudos Sociais.

(1990)⁷ com um dos primeiros estudos sobre memórias sociais ou coletivas. Halbwachs (1990) é um dos principais estudiosos da relação entre memória e história, que mesmo diferentes, se relacionam. Conceitua a memória como uma construção que se faz no presente e está indissociável dos grupos que são seus suportes. Na perspectiva deste autor, a memória individual não pode ser compreendida sem sua relação com a memória coletiva, deve ser entendida como uma memória que também é seleção e esquecimento, que percebe o indivíduo a partir de suas experiências individuais e sociais.

Neste debate teórico sobre a memória enquanto história, temos a influência dos fatos históricos que funcionam como auxiliar da memória, sendo que os sujeitos, muitas vezes, estabelecem as relações de suas vivências pessoais com os acontecimentos nacionais mais abrangentes no tempo presente. Pode-se usar o exemplo do período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, em que se justifica pela curiosidade histórica de emergência de uma memória da Ditadura Civil-Militar inserida na cotidianidade. Estas memórias são compreendidas como relações de forças desiguais, que tiveram as suas formas de submissão e legitimação do sistema da Ditadura Civil-Militar instituído na época, bem como nas práticas sociais que sugerem jogos de poder e as astúcias cotidianas em busca de sobrevivência e autonomia neste mesmo contexto, tudo isso compõe uma memória coletiva da Ditadura Civil-militar no Brasil.

Michael Pollack (1989,1992) operacionalizou o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwach, discutido nas décadas de 1920/1930. Pollack (1989), em sua obra “Memória, Esquecimento, Silêncio”, analisou a memória sobre os diferentes processos e personagens na formalização, flutuações, transformações e solidificação destas memórias em relação ao esquecimento. A partir das fontes de testemunhos orais de minorias, excluídos e marginalizados, como os dissidentes soviéticos, prisioneiros de campos de concentração e os trabalhadores forçados de Alsácia-Lorena, na Primeira Guerra Mundial, a problemática dos limites entre o esquecido e o silêncio. Analisou a memória oficial dominante em relação a uma outra compreensão da memória, contribuindo, de sobremaneira, com as reflexões sobre a memória subterrânea. Outro autor, Paul Ricoeur (1994, 2007), explica que a categoria memória é analisada a partir de referências teóricas: “Tempo e narrativa” e “História, Memória e Esquecimento”. Na primeira obra, apesar do autor não privilegiar o estudo diretamente da memória em relação ao tempo e sua narrativa, reconhece a importância da memória para a historiografia do século XX. Na segunda obra, debruça suas análises sobre as relações entre história e memória, quando percebe que não existe relação direta entre tempo e narrativa, mas sempre compõe uma relação mediada pela memória. Para o filósofo, estas autocríticas, na escrita de suas obras, integram seus estudos entre história e memória.

Em outra ponta, o estudioso alemão Jörn Rüsen, preocupado com a consciência histórica, está ocupado com a questão: em que medida a memória histórica cultural influencia e nomeia o pensamento histórico? Compreende que a consciência histórica funciona por meio da memória, que vem à tona ao contar as narrativas históricas. Para tanto, este autor interessasse por operacionalizar dois conceitos básicos, história e memória, sempre com a intenção de compreender como lidar com o passado e o futuro, no intuito de compreender o pensamento histórico. Assim, este autor tem como fio condutor as múltiplas temporalidades com relação à narrativa histórica, para ampliar o pensamento histórico. Pela densidade teórica que trata a

⁷ M. Halbwachs continuou com os estudos de Émile Durkheim. Entende que ocorre o predomínio do social sobre o indivíduo, no qual altera a percepção, a consciência e a memória a partir dos fenômenos sociais. Vale esclarecer que o autor não vai estudar a memória como tal, mas os “quadros sociais da memória”. Para o autor, o “eixo de investigação sobre a “psique” e o “espírito” se desloca para as funções que as representações e ideias dos homens exercem no interior do seu grupo e da sociedade em geral” (BOSI, 1994. p. 53-54).

categoria da memória histórica e pela abordagem das experiências históricas traumáticas, o autor busca fazer uma abordagem sistemática ao fazer a narrativa histórica e o rigor da elaboração científica. Este último ponto trata que a memória, como categoria útil para suas reflexões teóricas, é comum entre todos os estudiosos abordados. Portanto, retomamos a problemática: qual memória compreendem os filósofos Paul Ricoeur, Michael Pollack e Jörn Rüsen? Para tanto, colocamos em destaque as suas diferenças historiográficas, teóricas e problemáticas.

Visões sobre a memória em Jörn Rüsen

O estudioso alemão Jörn Rüsen (2009) não incide diretamente seus estudos sobre a memória, todavia, está preocupado com a autonomia da ação crítica de quem vive a história, assim converge os seus trabalhos para a análise da consciência histórica. Os artigos selecionados interessam para que se possa discutir a memória cultural, explicando o desempenho da consciência histórica como um processo mental, que deve incluir todas as dimensões mentais, através da memória. Essa é a questão que reside na definição clássica sobre a consciência histórica, que é um imbricamento entre a interpretação do passado para entender a perspectiva de um tempo presente e futuro. Portanto, o que apreendemos, inicialmente, da ação da memória, é que ela está sempre inscrita na temporalidade, sendo temporária, e ainda afetada pelas mudanças na relação entre passado, presente e futuro. Por fim, compreende-se que o tempo integra passado, presente e futuro, ou seja, as três dimensões da temporalidade realizam a representação global do percurso do tempo. Segundo este autor, a memória histórica tem diferenças em relação à consciência histórica.

No seu artigo, a memória apresenta o passado guiado pelo uso da vida prática, enquanto a consciência histórica representa o passado na inter-relação evidente no presente, sendo norteadada pela noção de mudança temporal, buscando um quadro de verdade para se firmar. Todavia, ambas pertencem ao mesmo campo. O autor utiliza os estudos clássicos de Maurice Halbwachs para afirmar que o discurso sobre a memória está interessado em revelar todos os modos e manter o passado presente. Diferencia a consciência histórica da categoria memória. Quando afirma ser este último, está cravada no tempo presente, enquanto o primeiro abre uma estreita relação de expectativa com o tempo futuro.

Por fim, o estudioso trabalha com três níveis de memória, ou três formas de lidar com o passado na vida social. O primeiro nível, a memória comunicativa, inicia-se com a formação de diferenças geracionais, quando as pessoas se sentem pertencentes a um lugar de troca cultural, como uma unicidade social, sendo que os limites podem ser fluidos, visto que as pessoas possuem mobilidade. Esta memória comunicativa apresenta-se em eventos específicos (comunidades memorialísticas) e fornecem importância a estas experiências consideradas históricas. Por isso, o autor alerta que estas fazem parte de um sistema político. O segundo nível ocorre quando a memória comunicativa se torna memória coletiva, ou seja, neste nível de memória, opera-se a partir do sentimento de pertencimento das pessoas e estas se comprometem com o simbolismo da memória coletiva. Este é um nível mais estável, por exemplo, os movimentos sociais. O terceiro nível, denominado de memória cultural, é mais estável que os outros níveis. Este tipo de memória opera a memória cultural, que é a matéria-prima dos rituais. Isto significa que é o núcleo central da identidade histórica. Por fim, o pensador reforça que toda memória histórica muda no curso do tempo, mesmo os seus três níveis, apresentados pela memória comunicativa, mais fluida e dependente das circunstâncias, ainda, assim, a memória coletiva partilha de certa permanência institucional. A memória cultural apresenta-se por ser uma instituição de permanência.

Rüsen (2009) utiliza a tipologia para compreender a memória histórica e sua relação com os traumas coletivos e singulares, tão presentes e reconfigurados em nosso tempo presente. Apresenta a categoria memória, segundo o critério de como o passado é representado, a partir de duas possibilidades: responsiva ou construtiva. O primeiro tipo de memória traz o passado para o presente como uma imagem persistente; a segunda forma de memória, tem o passado rememorado no sentido narrativo temporal, que pode articular suas expectativas, esperanças e medos. Neste ponto, especialmente reflexivo, o autor contribui para a conceituação da memória histórica no sentido de que o poder vital da memória consiste na manutenção/rememoração viva do passado. A historicidade da memória é atribuída quando esta vai além da vida biográfica e se relaciona a gerações, quando é “enriquecida por uma enorme quantidade de experiência” (RÜSEN, 2009, p. 168).

Todavia, o autor retoma a diferença entre a consciência história, que é uma forma específica de memória histórica, pois ambas são inscritas no tempo, mas, sobretudo, a consciência história atribui ao passado um relacionamento histórico, dado por uma tensão temporal entre passado e presente. O conceito de consciência histórica tem suas especificidades e, repousa sobre o “significar da experiência do tempo interpretando o passado de modo a compreender o presente e anteciper o futuro” (RÜSEN, 2009, p. 168).

Visões sobre memória em Paul Ricoeur

Paul Ricoeur é considerado um filósofo dedicado aos estudos da epistemologia da ciência histórica, que propõe uma fenomenologia da memória, traz em seu debate a conexão entre sujeito e objeto de conhecimento, e reúne a relação entre memória, narrativa, hermenêutica e ética na construção da escrita da História. Neste ensaio, o recorte incide apenas em alguns aspectos dos estudos sobre memória, e não tem a pretensão de esgotar o estudo desta categoria, bem como não aborda outros temas e conceitos complexos estudados por este autor.

Portanto, as obras escolhidas de Paul Ricoeur (1994, 2007) para análise da categoria memória partem de duas referências bibliográficas: “Tempo e Narrativa” e “História, Memória e Esquecimento”, sendo esta última, composta por três partes delimitadas pelo tema e pelo método. A primeira parte, denominada “Memória e Imaginação”, enfoca na categoria memória e nos fenômenos mnemônicos; a segunda, intitulada “A memória exercida: uso e abuso”, estuda a história e uma epistemologia das ciências históricas; a terceira parte, “Memória pessoal e memória coletiva”, dedica-se ao estudo do esquecimento. Este autor foi escolhido por ser considerado um dos principais estudiosos, na qual discute a narrativa histórica⁸ enquanto prática fundante de uma memória, ao mesmo tempo, como o silenciamento do passado.

Segundo Ricoeur (2007), de forma geral, a memória é entendida como algo do passado e atribuindo como principal característica um caráter temporal. Assim, infere o fenômeno da memória, como operações do espírito em virtude da linguagem que marca temporalmente a memória. Na primeira parte da obra, “História, Memória e Esquecimento”, o autor trabalha a relação entre memória e imaginação, e afirma que os problemas entre elas são tão antigos quanto à filosofia ocidental. O filósofo Ricoeur analisa Platão e Aristóteles e lembra que herdamos dos gregos a ideia de recordação como imagem, ícone, cópia. Entretanto, existem diferenças entre

⁸ Algumas considerações sobre a narrativa história na perspectiva do autor. O filósofo discute a narrativa histórica como ciência, na qual seria uma forma de explicação histórica, e, ainda define a história como uma narrativa que é ciência, a qual descreve o vivido, por fim, de forma geral as vidas correspondem às histórias narradas.

o pensamento de ambos. Enquanto Aristóteles centra-se na representação da memória de algo anteriormente percebido, adquirido ou apreendido, Platão centra-se na representação presente de uma coisa ausente, ou seja, o esquecimento aparece como a figura de um apagamento de rastros. Esta diferença entre os filósofos clássicos se desdobra na reflexão do autor, quando este defende a tese de que existe uma sobreposição entre os fenômenos da memória e o da imaginação. Todavia, estas operações são totalmente diferentes, sendo que a memória possui um objeto que extrapola os processos cognitivos do sujeito, e a imaginação não.

Para Ricoeur (2007), a memória pertence ao passado, ela não possibilita ou cria expectativas para o tempo futuro, nem é da ordem das sensações ou da ordem das percepções do presente. Essa distinção só é possível em virtude da linguagem que marca temporalmente a memória. Essa marca temporal da memória difere a nossa humanidade de outros animais, pois partilhamos a memória em relação à sensação do tempo. O autor afirma, também, que a linguagem tem a hermenêutica como método.

Assim, na primeira parte da obra, realizou um esboço fenomenológico da memória de que a referência ao passado só pode ser feita com o recurso desta mesma memória. Aqui, esta categoria tem a pretensão de ser fiel ao passado, como recurso de verdade sobre o passado, dessa forma, tendo a memória este caráter de significar o passado daquilo de que lembramos. Vale o alerta em desconfiarmos da categoria memória como fidelidade de uma verdade do passado tal como aconteceu. Neste ponto, a crítica realizada aos limites da categoria memória pelo autor teve a intenção de trazer a tênue diferença entre a memória e a nossa imaginação, uma vez que esta última tem o paradigma do irreal, da ficção ou outras características que consideramos não confiáveis. Todavia, alerta seu leitor para não pensarmos que a memória seria totalmente real, confiável e verdadeira.

Vale explorar a diferença entre memória e lembrança, de forma geral. Para o autor, a memória é singular, sendo a lembrança plural, assim dizemos a memória e as lembranças. Ao estabelecer a distinção entre ambas, segundo o filósofo, as lembranças serão feitas a partir de um privilégio concedido aos acontecimentos. Assim, Ricoeur (2007, p. 42) denomina de lembrança-acontecimento aquilo que assume “um caráter equivalente fenomenal de um acontecimento físico”. Entende-se, desta forma, que o acontecimento é simplesmente aquilo que ocorre. O estudioso ocupou-se em realizar a tipologia sobre memória⁹, como a distinção entre as duas formas de memória opostas: a memória hábito é a que usamos quando recitamos a lição sem evocar, como um hábito de andar ou escrever e a memória lembrança vem da ordem da imaginação, todavia, ambas são atravessadas pelo tempo. Outra proposta do autor é que a evocação é o oposto de busca, chamada de recordação. Segundo Ricoeur (2007), analisa-se estas palavras a partir da hermenêutica, como forma de estabelecer um grau de importância busca-recordação. No terceiro par de opositores, reflexividade e mundanidade, infere que não lembramos somente de nós mesmos, uma vez que sempre estaremos, na nossa lembrança, imbricados em situações do mundo, como com o espaço, com o nosso corpo e com o corpo dos outros.

No campo da fenomenologia da memória, o autor se deteve sobre a lembrança e a imagem. O interesse deste artigo repousa em analisar a segunda parte da obra estudada, denominada: “A memória exercida: uso e abuso”. Esta repousa na diferença entre memorização e rememoração. Ademais, a rememoração é o retorno à consciência despertada de um

⁹ Vale esclarecer que o autor recorre a Henri Bergson para analisar a distinção entre memória-hábito e memória-lembrança.

Fonte: BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

acontecimento que é reconhecido como algo ocorrido antes do momento que declara ter sentido. Oposto da memorização, esta da ordem da memória hábito, sendo maneiras de aprender, saberes, habilidades, poder-fazer.

Outra análise importante para o diálogo comparativo reside na fala sobre as manipulações que sofrem a categoria memória. A chamada “memória manipulada”, segundo Ricoeur, é a manipulação da memória por meio dos detentores do poder. Nesse plano, este tipo de memória estaria enraizado na problemática da memória e da identidade, tanto coletiva, quanto pessoal. Portanto, ocorrendo a mobilização da memória em busca da reivindicação da identidade, expõe-se os problemas do excesso de memória em alguma região do mundo e insuficiência em outras partes. Ricoeur faz leituras de Halbwachs para explorar a questão da lembrança. Assim, apresenta os três sujeitos de atribuição da lembrança: o eu, os coletivos e os próximos. Ele questiona ao leitor se não existe um plano intermediário de referência entre a memória individual e a coletiva, em que há trocas entre a memória viva das pessoas e a pública dos grupos a que pertencem. Sobretudo, conceitua como “essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situadas numa faixa de variação das distâncias na relação entre si e os outros” (RICOEUR, 2007, p. 141). Para o autor, a memória coletiva está relacionada à consciência e à memória individual. A memória coletiva pode ser entendida como uma coletânea de rastros deixados pelos acontecimentos, que afetam a história dos grupos envolvidos, reconhecendo o poder de encenar essas lembranças comuns. A atualidade da obra de Ricoeur ao leitor, entre outras questões de fundo, compreendem que a memória não é somente um reservatório de lembranças, mas esta representa as experiências dos sujeitos que (re)significam as coisas, (re)apresentam a realidade para si e para os outros. Portanto, a memória possibilita trazer os dados ausentes para o presente, trazer o ato de refletir e de repensar algo prático de nossa vida cotidiana inscrita na temporalidade presente.

Visões sobre a memória em Michel Pollak

A conferência proferida por Michel Pollak (1989) no CPDOC, que se tornou posteriormente, o artigo intitulado: “Memória, esquecimento e silêncio”, publicado pela revista Estudos Históricos, em 1989, trouxe as problemáticas entre memória e identidade social. Especificamente, trata-se das histórias de vida ou da história oral. Assim, define a memória como um fenômeno construído, resultado de um trabalho de uma organização individual ou social. Isto por ser um elemento constituinte do sentimento de identidade, a memória é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de uma pessoa ou grupo.

A identidade é definida pelo autor como a imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que essa pessoa constrói e apresenta aos outros e a si própria. Segundo o autor, devemos lembrar que, na maioria das memórias, há marcos, os quais são relativamente invariantes, imutáveis, uma vez que a memória individual e coletiva é flutuante e mutável. “Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1989, p. 2).

Portanto, além dos acontecimentos, a memória é constituída também por pessoas, personagens e lugares. Esses três elementos de escolha da memória podem ser reais, embasados em fatos concretos, podendo ser projeções de outros eventos. O autor cita como exemplo a França e os fatos ligados à Primeira e à Segunda Guerra Mundial. A Primeira Guerra deixou marcas visíveis, com o grande número de mortos. A Segunda, em determinadas regiões, os mortos foram assimilados pela Primeira Guerra. O estudioso defende a tese de que em determinadas

regiões, as duas guerras tornaram-se uma só, no sentido de permanência da memória do terror e do uso do silêncio em não solucionar as questões da vida real.

Outra contribuição para a conceituação da categoria da memória são as preocupações do momento. Segundo Pollak (1989), este é um dos elementos construtores da memória. Quando construídos no nível individual, podem tanto ser conscientes como inconscientes. Para o autor, “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1989, p. 5). Existe, na memória, uma disputa entre organizações. Para caracterizar esse tipo de memória, constituída por disputas políticas, o autor sugere o conceito de trabalho de enquadramento da memória. Explica, também, que existem os denominados historiadores orgânicos, que no sentido tomado de Gramsci, são os historiadores do partido comunista, os historiadores socialistas, os sindicalistas etc., cuja tarefa seria enquadrar a memória.

Contribuição ímpar em relação à herança histórica do século XIX, Michel Pollak considerava a história como sendo a essência de uma história nacional, e já questionava: é função do historiador fazer o enquadramento da memória visando à formação de uma história nacional? Ao privilegiar a análise dos testemunhos dos excluídos, marginalizados e minorias, a metodologia da história oral ganhava reforço e estatuto de fonte privilegiada para os pesquisadores da história do tempo presente, durante os anos de 1990. Vale o destaque para a memória subterrânea, parte integrante das culturas minoritárias, que se opôs à memória nacional ou oficial. Em oposição a Mauricio Halbwachs, o autor destaca o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional.

Na mesma ponta deste debate, as memórias subterrâneas auxiliam o seu trabalho de subversão do silêncio, na qual a memória entra em disputa com o campo político. Alerta, também, aos historiadores e aos estudiosos, que os objetos de pesquisa são escolhidos a partir de preferências onde existem conflitos e competições entre memórias concorrentes.

Ao refletir que o longo silêncio sobre o passado, de lembranças traumatizantes ou marginalizadas, não conduz ao esquecimento, as lembranças esperam um momento propício para serem expressas, mesmo a despeito do excesso de discursos oficiais. Esta clivagem entre memória oficial e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete diretamente a uma oposição entre Estado e sociedade civil. O que opera nestas disputas políticas, segundo Pollak (1989), são os problemas relacionados entre grupos minoritários e sociedade. Esse ponto abre o debate de outra obra do mesmo autor “Memória e identidade social”.

O autor, em sua conferência, fornece pistas sobre a construção da identidade como um fenômeno que se produz em referência a determinados critérios, como aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade. Critérios estes que se fazem por meio da negociação direta com outros, sendo sempre a memória construída individual e socialmente. Portanto, ao relacionar a memória com a identidade, pode-se dizer que uma é constitutiva de outra. A tese desse autor marcou os estudos sobre identidade e memória, preocupação diversa dos outros estudiosos. Assim, a identidade só se constrói a partir de referências exteriores, ou seja, a memória só se forma a partir de alguma identificação.

A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e em conflitos que opõem grupos sociais e políticos diversos. Assim, Michael Pollak (1989) busca na categoria memória a análise das fontes testemunhais o problema das subjetividades destas, tais como: história de vida individual. Estas podem sofrer uma crítica, por cruzamento de informações obtidas a partir de fontes diferentes, assim defende o privilégio das histórias de vida em avaliar os momentos de mudanças e transformações. Por fim, a leitura deste autor fornece ao leitor uma complexa relação da identidade e do esquecimento.

Considerações finais

Ao retomar a problemática de qual memória compreendem os filósofos Paul Ricoeur, Michael Pollack e Jörn Rüsen, comparamos suas diferenças historiográficas, teóricas e/ou problemáticas. Assim, pontos específicos de Paul Ricoeur com Jörn Rüsen são: a particularidade do conceito de consciência histórica, que faz perceber a memória sempre inscrita na temporalidade; a consciência histórica caracteriza o modo de ser do memorado, e este modo é sempre de ordem do real e ligado à experiência do passado vivido e trazido para o presente com seus múltiplos significados. Existe uma descrição deste através da narrativa que operacionaliza este movimento, pois a consciência histórica busca na experiência do passado para construir expectativas para se abrir uma janela para o tempo futuro e é, neste ponto, da indecisão (expectativa) do futuro, que se pesquisa a narrativa histórica como objeto privilegiado.

Tanto Rüsen quanto Ricoeur concordam que a memória implica na ideia de passado e ambos utilizam tipologias para referenciar a memória. Rüsen traz a memória apenas para diferenciá-la da consciência histórica, enquanto que para Ricoeur, o estudo da memória é alvo principal de seus estudos, é seu objeto privilegiado. Assim, Ricoeur concorda com Pollack, quando atribui a Maurice Halbwachs o pensamento de a memória possuir uma relação direta com uma entidade coletiva que ele chama de grupo e/ou sociedade. Neste ponto, Ricoeur considera que Halbwachs imprimiu sua própria autocrítica em relação à problemática da memória coletiva e individual: “embora a memória coletiva extraia sua força e duração do fato de que um conjunto de homens lhe serve de suporte, são indivíduos que se lembram enquanto membros de um grupo” (RICOEUR, 2007, p. 133).

Ademais, Ricoeur questiona na obra de Halbwachs que não existe um plano intermediário entre os dois polos (memória individual e memória coletiva), em que se operam as trocas entre a memória viva das pessoas individuais e a memória pública das comunidades as quais pertencemos. Por fim, deve-se problematizar as memórias, individual e coletiva, pois estas devem entrar no campo da história do tempo presente. Ricoeur compartilha, ainda, um debate historiográfico, de sua época, quando defende a tese de que não existe fusão, similitude ou, ainda, oposição extrema entre história e memória, mas sim uma relação de reciprocidade.

As obras de Ricoeur e Pollack oferecem uma densa reflexão sobre as nuances da categoria memória e sua estreita relação com o social. Ambos apontam para um entendimento sobre a memória que ultrapassa as questões apenas semânticas do termo. Ainda, a memória não pode ser compreendida somente como a busca de uma imagem. A memória pode ser vista como a defesa do esquecimento. Diferente de Pollack e de Ricoeur, para Rüsen, a memória histórica interessa para explicar, especificamente, o seu desempenho como um processo mental de consciência histórica, que deve incluir todas as dimensões mentais.

A definição clássica, segundo este autor, sobre a consciência histórica, é o possível entrelaçamento entre a interpretação de um passado inteligível, para a orientação prática do tempo presente e um projeto de futuro. O que apreendemos da ação da memória é que ela está inscrita na temporalidade, na múltipla temporalidade, sendo temporária e afetada pelas mudanças na relação entre passado, presente e futuro. Assim, conforme Jörn Rüsen, a noção abstrata do tempo ganha uma ação prática de orientação cotidiana, pois une as “três dimensões da temporalidade (passado, presente e futuro) em uma representação global do curso do tempo”¹⁰.

¹⁰ A problemática do autor está relacionada à consciência histórica e, para compreendê-la, busca a distinção da memória histórica.

Considerando a leitura dos textos elegidos para a produção deste artigo, percebe-se que as propostas dos autores possuem estreitas imbricações, contribuindo com o arcabouço da categoria memória. Um ponto em comum é a leitura de Halbwachs, que apresenta a memória individual relacionada à memória coletiva, sendo que esta contribui para o sentimento de pertencimento ao grupo, como também para sua coesão. Além disso, a memória coletiva sugere a construção da identidade de um grupo, considerada por Halbwachs a identificação dos grupos de maneira afetiva e sem conflitos.

Com relação à memória individual relacionada à coletiva, Pollak afirma que ela não se dá de forma afetiva, mas, sim, por coerção e imposição. Enfim, ele questiona discursos, sujeitos e vestígios que constituem a memória coletiva.

Com relação ao trabalho de enquadramento de memória, Pollak defende que os sujeitos desenvolvem uma série de mecanismos para que determinada memória seja sobreposta à outra.

Por fim, esta narrativa propicia a elaboração de algumas problemáticas para a compreensão da memória e sua função na pesquisa histórica do tempo presente. A partir da análise das obras destes três autores, persiste no percurso da pesquisa prática com entrevistas as seguintes reflexões: quais tipos de memória estão sendo construídas sobre as práticas de integração sobre os saberes geográficos e históricos na experiência dos vocacionais? Portanto, visando à pesquisa em andamento, quais memórias estão sendo construídas e quais se estão esquecendo?

Referências

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio obre a relação do corpo com o espírito. Tradução Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FELIX, Loiva Otero. **História e memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: UPF, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, 1989, v. 2, n. 3, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, 1992, v. 5, n. 10, p. 200-212.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994.

RICOUER, Paul. **História, memória e esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da historiografia**, Rio de Janeiro, 2009, n. 2, p. 163-209.

Artigo recebido em 30/05/17. Aceito em 10/07/17.